



O CONCEITO DE ESPAÇO SOB A PERSPECTIVA MILTONIANA NA GEOGRAFIA

Caio César Fonseca Martins ¹

RESUMO

Nesse trabalho, o tema é o espaço geográfico sob uma perspectiva crítica, miltoniana. Conforme Milton Santos afirma, o espaço é um sistema de objetos e um sistema de ações, sendo que estes seriam um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, o quadro único onde a história se dá. Por muito tempo os estudos sobre o espaço geográfico ocupavam-se em abordar os aspectos físicos da natureza, tais como o clima, vegetação, geomorfologia e etc. Tempos depois, geógrafos ligados a geografia humana, sob influência da sociologia passaram a designar um espaço social como substituto do espaço geográfico. O espaço social corresponde aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Para os sociólogos esse conceito é sinônimo de um campo de atuação, de uma teia de relações ou posições relativas em uma estrutura social, sem necessária vinculação direta com o espaço geográfico concreto, preciso e delimitado. Quando se relaciona a visão sociológica e a geográfica observa-se que para um sociólogo de formação, o vínculo como estudo da natureza é muito mais distante e indireto que para um geógrafo. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo responder às seguintes perguntas: No que compreende o espaço geográfico para a ciência geográfica? Como entender os processos de ocupação e dominação do espaço que se dá através de diversas formas? Quais contribuições a geografia crítica trouxe para o tema?

ABSTRACT

In this work, the theme is the geographic space under a critical, Miltonian perspective. As Milton Santos states, space is a system of objects and a system of actions, and these would be an inseparable, solidary and also contradictory set, the single frame where history takes place. For a long time, studies on geographic space were concerned with addressing the physical aspects of nature, such as climate, vegetation, geomorphology, and so on. Later, geographers linked to human geography, under the influence of sociology, began to designate a social space as a substitute for geographic space. The social space corresponds to that which is appropriated, transformed and produced by society. For sociologists, this concept is synonymous with a field of action, a web of relationships or relative positions in a social structure, without the necessary direct link with a concrete, precise and delimited geographic space. When relating the sociological

and geographical views, it is observed that for a trained sociologist, the link with the study of nature is much more distant and indirect than for a geographer. Therefore, this work aims to answer the following questions: What does geographic space understand for geographic science? How to understand the processes of occupation and domination of space that take place in different ways? What contributions has critical geography brought to the topic?

RESUMEN

En este trabajo, el tema es el espacio geográfico bajo una perspectiva crítica miltoniana. Como dice Milton Santos, el espacio es un sistema de objetos y un sistema de acciones, y estos serían un conjunto inseparable, solidario y también contradictorio, el marco único donde se desarrolla la historia. Durante mucho tiempo, los estudios sobre el espacio geográfico se preocuparon por abordar los aspectos físicos de la naturaleza, como el clima, la vegetación, la geomorfología, etc. Posteriormente, los geógrafos vinculados a la geografía humana, bajo la influencia de la sociología, comenzaron a designar un espacio social como sustituto del espacio geográfico. El espacio social corresponde a aquello que es apropiado, transformado y producido por la sociedad. Para los sociólogos, este concepto es sinónimo de campo de acción, red de relaciones o posiciones relativas en una estructura social, sin el necesario vínculo directo con un espacio geográfico concreto, preciso y delimitado. Al relacionar las visiones sociológica y geográfica, se observa que para un sociólogo entrenado, el vínculo con el estudio de la naturaleza es mucho más distante e indirecto que para un geógrafo. Por tanto, este trabajo tiene como objetivo dar respuesta a las siguientes preguntas: ¿Qué entiende el espacio geográfico por ciencia geográfica? ¿Cómo entender los procesos de ocupación y dominación del espacio que se dan de diferentes formas? ¿Qué contribuciones ha aportado la geografía crítica al tema?

Palavras-chave: Espaço Geográfico. Epistemologia. Geografia Crítica. Milton Santos

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG
caiomtb93@hotmail.com

Introdução

Os geógrafos físicos precisam entender que a natureza não possui um sentido laboratorial e desumanizado, é necessário compreender o caráter social das coisas, enquanto que os geógrafos humanos necessitam reconhecer que os conceitos, raciocínios e resultados empíricos da pesquisa ambiental podem ser de fundamental importância quando articulados à suas pesquisas em um viés social. Estudos sobre ilhas de calor, poluição, riscos de desmoronamentos/deslizamentos, entre outros, integram seus estudos sobre segregação, problemas agrários, entre outros.

A Ciência Geográfica tem enfrentado a questão da totalidade ao estudar o espaço de uma forma um tanto tímida, segundo Milton Santos. A ideia de totalidade-mundo, inspirado num discurso filosófico, no qual há um apelo à noção de sistema-mundo. O "sistema-mundo" baseia-se na divisão inter-regional e transnacional do trabalho e resulta na divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos. Os países centrais concentram a produção altamente especializada e capital-intensivo, enquanto o resto do mundo se dedica à produção do trabalho-intensivo e não especializado e à extração de matérias-primas. Isto tende a reforçar a dominância dos países centrais. Não obstante, o sistema tem características dinâmicas, em parte como resultado das revoluções na tecnologia de transportes, de modo que cada país pode ganhar ou perder *status* ao longo do tempo. Essa estrutura organizada com base na divisão do trabalho é uma economia-mundo, uma economia capitalista. Cabe ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, para isso, é necessário que se construa uma filosofia menor, uma metageografia que ofereça um sistema de conceitos capazes de reproduzir as situações reais, e então a primeira tarefa é circunscrever o objeto de trabalho.

Milton Santos, em suas obras, expressou sua vontade de construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico. Para isso, ele propôs partir-se de uma totalidade empírica para examinar as relações entre a totalidade mundo e os lugares, no qual se revisite o movimento do universal para o particular e vice-versa, além de analisar o papel dos eventos e da divisão do trabalho.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo responder às seguintes perguntas: No que compreende o espaço geográfico para a ciência geográfica? Como entender os processos de ocupação e dominação do espaço que se dá através de diversas formas? Quais contribuições a geografia crítica trouxe para o tema?

Metodologia

Para a confecção deste trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema e através de obras de autores como Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Leila Dias, Paulo César da Costa, Iná Castro e Roberto Lobato Corrêa, buscou-se compreender mais acerca da questão

O fenômeno da técnica

Para estudar o espaço geográfico faz-se necessário compreender o fenômeno da técnica. Alguns grupos, como os arqueólogos, etnógrafos e tecnólogos tem a preocupação de estudá-la, mas grande parte dos pesquisadores de diversas áreas não têm esse interesse, inclusive geógrafos. Dessa forma Mauss (1947) propõe a criação de um saber, a tecnomorfologia, que se ocuparia do conjunto das relações entre as técnicas e o solo e entre o solo e as técnicas, dizendo que em função das técnicas é que observamos a base geográfica da vida social: o mar, a montanha, o rio (SANTOS, 2006). Outro autor que criou uma disciplina relacionada a técnica foi André Fel. Ele sugeriu a criação de uma disciplina chamada geotécnica. Em suas pesquisas, ele inventariou as relações entre a técnica e o fato geográfico, afirmando que se os objetos técnicos se instalam na superfície da terra, eles têm a finalidade de auxiliar o homem nas suas necessidades materiais fundamentais, tais como: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodear-se de objetos úteis e etc. Milton Santos frisa que o fenômeno técnico abrange todas as manifestações da técnica, inclusive as técnicas da própria ação, e não somente as técnicas da produção.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora[...]. Assim, a empirização do tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilando ao espaço, que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. [...]. É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo (SANTOS, 2006, p.54).

Paul Vidal de La Blache, Lucien Febvre são considerados pioneiros na produção de uma geografia vinculada às técnicas. Eles estudaram como o progresso técnico tem influência na sociedade. Pierre George (1974) demonstra o quanto as técnicas promovem mudanças no espaço. As cidades antigas eram produtos da cultura, enquanto que na atualidade a cidade é produto da técnica. A cultura era nacional ou regional, a técnica é universal. O geógrafo Maximilien Sorre foi o primeiro a propor com detalhe a consideração do fenômeno técnico. Para ele a técnica deveria ser considerada no seu

sentido mais amplo. “A técnica estende-se a tudo o que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana” (Sorre, 1948, p. 5 APUD Santos, 2006, p. 20).

Sorre sugeriu que a geografia levasse em consideração as técnicas da vida social, da energia, da conquista do espaço e da vida, de relações e as técnicas da produção e da transformação das matérias-primas. Apesar desse caráter pioneiro, Sorre não foi muito aceito pela geografia francesa.

Os objetos

O fenômeno da técnica produz o que Milton Santos chama de objetos científico-técnicos e informacionais, cuja produção tem como base a pesquisa. É um momento em que a ciência assume uma grande importância. Esses objetos são científicos graças a sua natureza de concepção; são científico-técnicos porque sua produção e funcionamentos não separam técnica da ciência; e informacionais porque produzem um trabalho preciso, que é uma informação. Na era cibernética, um objeto pode transmitir informação a outro objeto. Os objetos hoje, são criados para exercer uma função predeterminada, um objetivo, uma intencionalidade científica. Os materiais usados na produção desses objetos são selecionados na fase do projeto, antes de iniciar a confecção ou produção. As naves espaciais, o avião, o automóvel e os edifícios são construídos com o material adequado aquilo que desejam obter, e isso é inédito. No passado, o material que determinava como o objeto seria fabricado, porém hoje, é a forma do objeto criado na mente do homem antes de sua fabricação. Os objetos técnicos concretos, universalizados, sistêmicos, informados, intencionais são mais numerosos e diversos que em qualquer outro momento da história. (SANTOS, 2006).

Milton Santos entende o espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações, sendo que estes são um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, o quadro único onde a história se dá. “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2006, p.51).

Com a imensidão de objetos que são criados constantemente, a natureza passou a ser vista como um sistema de objetos. Outra discussão aventada nesse ponto é que os objetos não precisam ser necessariamente fixos, e não se restringem ao lugar de criação, tendem a se reproduzir e se difundir cada vez mais facilmente em escala global.

Além disso, muitos dos objetos estão em rede

há uma relação necessária, entre a geladeira e o freezer domésticos, o caminhão refrigerado, os depósitos frios nos comércios e os grandes frigoríficos efábricas. Trata-se de um todo cujos elementos apenas são viáveis em conjunto(SANTOS, 2006, p. 58).

Os objetos geográficos não são apenas os objetos móveis, portáteis, mas também os imóveis, fixos, e devem ser encarados como sistemas e não como coleções. Podemos pensar os objetos para além dos portáteis. Uma cidade, um aeroporto, um shopping center, uma plantação, um lago, são considerados objetos geográficos. São alterações no espaço natural, possuem uma forma, uma intencionalidade, uma forma de construção, etc.

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se efetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade” (SANTOS, 2006, p. 59).

Sendo assim, as ações humanas têm uma fundamental importância nesse contexto. É o ser humano que dá valor aos objetos e realiza as ações com eles. Milton Santos faz uma diferenciação nesse ponto quando afirma que existe a escala de comando e a escala de operação. Empresas, leis, instituições tem o poder de criar situações no qual o homem comum realiza as ações. Esse homem comum é o realizador enquanto que os outros são os que criam os comandos da ação. É importante frisar que algumas ações são, de fato, naturais, enquanto que outras são criadas. Um exemplo é a necessidade do uso do automóvel a partir do século XX. A partir da criação e distribuição do carro, criou-se uma necessidade nas pessoas de possuir esse objeto. Cabe ao homem comum seguir o padrão da sociedade e adquirir os objetos da cultura. Por isso, Milton Santos faz a distinção entre os que criam as ações e os que as praticam.

A noção de totalidade e a paisagem

As ações, os homens, as instituições e as infraestruturas não se localizam de forma cega. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. Assim os lugares produzem um país, e um mundo segundo uma ordem. O processo de desenvolvimento desigual e combinado é uma ordem, que é possível conceber somente se utilizarmos o processo de totalização. Milton Santos ao abordar a ideia de totalidade afirma que é necessário entender as categorias de análise da paisagem: **forma, função, processo e estrutura**. A **forma** é a aparência de algo, refere-se à ordenação dos objetos, a um padrão. O conceito de **função**

diz respeito a uma atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. A **estrutura** refere-se à inter-relação de todas as partes de um todo, seu modo de organização; e **processo** é a ação contínua, direcionando-se a um resultado (SANTOS, 2006).

Marcelo Lopes de Souza aborda sobre a pluralidade do conceito de paisagem. Ela não designa um espaço geográfico, nem simplesmente área. Para os geógrafos a paisagem refere-se ao “espaço abarcado pela visão de um observador” (SOUZA, 2013). O autor inclusive lança a reflexão: Afinal, contemplamos a paisagem ou estamos dentro dela? Ou ambas as coisas?

A paisagem possui um conteúdo fortemente visual. “Ela é uma forma, uma aparência. O conteúdo por trás da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere” (SOUZA, 2013, p. 46).

A geógrafa Clarice Cassab ao abordar a totalidade e a paisagem afirma:

Concebida como um todo de essências, a totalidade é preche de latências, de um conjunto de possibilidades que não se realizam até que sejam chamadas para tal através da ação; [...] é a existência, é uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar (CASSAB, 2008, p. 102).

Souza faz o questionamento de que a paisagem pode indicar algo, mas através de uma pesquisa sobre o local, é percebido que a realidade muitas vezes é diferente do que a paisagem indica. Muitos pesquisadores marxistas, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 ressaltaram o problema da contradição ou descompasso entre a aparência e essência. Para eles, a paisagem mistifica, torna opaca, distorce, oculta, oblitera a realidade. Muitas vezes a paisagem parece ser menos um cenário para a vida de seus habitantes que uma cortina atrás da qual as suas lutas, realizações e acidentes têm lugar. A paisagem atua no sentido de naturalizar, estabilizar e tornar aparentemente universais relações sociais e econômicas que são contingentes.

Um outro ponto importante, são as representações da paisagem, feitas por meio da pintura, fotografia e das artes, em geral. Muitos geógrafos, principalmente de língua inglesa, investiram muito na discussão de paisagem e os seus usos sociais e interesses ideológicos. São destacados os autores Denis Cosgrove, Stephen Daniels, James Duncan, on Mitchell e John Wylie. No Brasil, Luciana Martins escreveu um livro sobre o Rio de Janeiro, tal como visto pelos pintores viajantes do século XIX (SOUZA, 2013).

A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, sendo na origem um real abstrato, e que cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica. Com a sociedade em movimento, ou seja, a história se fazendo, o movimento do todo é ao mesmo tempo, movimento dos elementos de "verdade" e movimento dos elementos ideológicos (SANTOS, 2006). Marcelo Lopes de Souza complementa o debate quando afirma que a ideologia não pode ser vista como algo puramente subjetivo, estando apenas na cabeça, mas como algo que produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que tomam a forma de objetos. Ela é ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência (SOUZA, 2013).

Diversificação da Natureza e Divisão do Trabalho

Para Milton Santos, a categoria divisão do trabalho pode ser mais largamente explorada nos estudos geográficos: “Trata-se de combiná-la, mais sistematicamente, às noções de totalidade e de tempo, associando a ideia de distribuição de recursos à própria noção de evento. A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2006, p. 129). Santos recorre à Whitehead que dispõe a respeito do processo de diversificação da natureza apontando que um modo de diversificação sucede um outro modo de diversificação e, é assim que a natureza faz-se outra enquanto mudam seus aspectos e ela própria muda como um todo. Kant salienta que a criação jamais termina, jamais se completa. Whitehead afirma que as mudanças de um objeto resultam das diversas relações com os eventos diversos. Sem os objetos, a comparação de um evento com outro seria intrinsecamente impossível. Dessa maneira, essa proposição aponta a reunião indissociável entre objeto e evento. Portanto, os diversos momentos da diversificação da natureza criam padrões específicos que a definem.

A partir do que foi posto, Santos propõe-se estabelecer a relação que se é dada no mundo natural pela diversificação da natureza, para o mundo histórico representado pela divisão do trabalho. É válido ressaltar que a divisão do trabalho é movida pela produção que, atribui a cada movimento um novo conteúdo e uma nova função aos lugares.

A natureza, enquanto unicamente natural, era diversificada, exclusivamente, pelas

energias naturais desencadeadas. A partir da presença do homem, como novo fator na diversificação da natureza, atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Esse homem, inicialmente é criador, mas subordinado. Em segunda instância, ele, a partir das invenções técnicas, aumenta seu poder de intervenção e autonomia relativa na diversificação da natureza socialmente construída. As técnicas, adquiridas pelo homem, acentuam a tendência de diversificação em escala global, já que as mudanças afetam cada vez mais lugares e não têm origem unicamente local (economia mundo). Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação.

A diversificação da natureza é um processo e resultado. A divisão internacional do trabalho é um processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Sem dúvidas, as duas situações se apresentam embora mude a energia que as move. Por outro lado, a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo (SANTOS, 2006).

A divisão do trabalho pode também ser vista como processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente, entendendo por recurso coisas naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. “ É a partir desses dados que os homens vão mudando a si e ao seu entorno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente, os recursos são outros, isto é, se renovam, [...]criando]outra totalidade”. (SANTOS, 2006 p.132)

Os recursos de um país formam uma totalidade. O valor real de cada recurso não depende da sua existência separada, mas da sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada um obtêm pelo fato de participar de um lugar. A definição conjunta e individual de cada um depende de uma dada localização. Por isso, a formação socioespacial, e não o modo de produção, constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total.

Distribuição da totalidade das atividades resulta da divisão do trabalho. A divisão do trabalho permite a funcionalização e objetivação das atividades (recursos). Assim, o espaço como um todo reúne todas as formas locais de funcionalização e objetivação da totalidade. A cada momento o lugar recebe determinados vetores e deixa de receber outros. Isso faz com que promova a individualidade do lugar. O movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares, visto pela ótica do espaço como um todo, o movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto. Os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho sendo-lhe ao mesmo tempo o resultado e uma condição.

A indagação é a seguinte: pode-se falar em tempos da divisão do trabalho? Para tanto, há duas entradas para o estudo da divisão do trabalho sob um enfoque do tempo. A primeira consiste em analisar as divisões do trabalho sucessivas e, a segunda, em uma abordagem que leva em conta as divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico. Este último enfoque, portanto, é mais propriamente geográfico obrigando o casamento das noções de tempo e espaço. É válido, portanto, destacar que cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho, mas sem a exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso alias distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas. Num dado lugar, o trabalho é o somatório e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico.

O tempo da divisão do trabalho seria genericamente o tempo do que vulgarmente chamamos de modo de produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo a qual se referem aos tempos relativos aos elementos de heranças do modo de produção anteriores. Assim, as temporalidades conduzem à noção de a formação socioespacial.

Todos os lugares existem com relação a um tempo do mundo, tempo do mundo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independente de escalas. Haveria nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-nação e tempo dos lugares.

A divisão social do trabalho (divisão do trabalho vivo) e a divisão territorial do trabalho são complementares e interdependentes. Esse enfoque, toda via, é insuficiente se não considerarmos, também, a divisão territorial do trabalho morto (na forma de meio ambiente construído). Assim, as feições naturais do território têm influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho. O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas.

“O que, na paisagem atual, representa um tempo passado nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de

divisões do trabalho já passadas, os restos de tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. [...] A atual repartição do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que, depende, ela própria, das formas geográficas herdadas”. (SANTOS, 2006 p.141)

Redes

A ideia de rede é muito presente quando se estuda o espaço. Milton Santos coloca dois aspectos sobre as redes. O primeiro designa o aspecto material, baseando-se na ideia de um sistema integrado de coisas, enquanto que o segundo leva em conta as redes como um dado social, uma abstração da realidade, um sistema criado pelo homem. As redes produzem processos tanto de integração (produtiva, de mercado, financeira, etc.) quanto de exclusão (continente africano).

É possível destacar 3 momentos na vida das redes. Um primeiro, pré-mecânico, onde predominavam os dados naturais, as redes eram espontâneas, tendo uma pequena teia de relações, sempre associados aos tempos lentos. Em um segundo momento designado mecânico intermediário, era baseado na era moderna, onde o desenvolvimento das técnicas levou a uma ampliação moderada das relações de consumo, no entanto é um progresso limitado ao Estado. E por fim a fase atual, baseada no período técnico científico informacional, com o advento do computador. Nesse momento as redes estão parcialmente fixadas no território. O progresso científico impõe um caráter deliberado de constituição de redes, sendo então possível antever as funções da rede para depois a produzir. Um outro elemento importante que as redes assumem a capacidade de ultrapassar os limites nacionais.

As redes propiciam a noção de “tempos rápidos e lentos” (SANTOS, 2006). Alguns locais estão mais presentes nas redes, estão mais integrados no processo de globalização, com a circulação mais ativa, enquanto que outros locais possuem aspectos

locais de produção e de cultura. A circulação de mercadorias e pessoas não é tão grande, nem possuem uma grande quantidade de objetos técnicos. Por isso o primeiro local seria um local cuja o tempo é designado rápido, enquanto que o segundo, de tempo lento. É importante frisar que esses tempos são pensados, um em relação ao outro, não sendo denominações estáticas e nem absolutas (SANTOS, 2006). De acordo com Leila Dias (1995) o processo de formação das redes envolve estratégias de circulação e de comunicação, formando conseqüentemente densas redes em âmbito regional, nacional e internacional. Ela surge como um instrumento que viabiliza estas duas estratégias do capital: circular e comunicar.

As redes têm a haver com relação de poder sobre o território, não somente sobre as pessoas, mas sobre as ideias e ordens. Por isso, Milton Santos a importância de compreender o espaço como um todo.

Leila Dias cita o exemplo da rede urbana brasileira que foi formada a partir da necessidade de integração do mercado nacional. Ela faz uma relação entre os fluxos de informação e a dinâmica territorial, no qual, as rodovias e as ferrovias de antes, foram substituídas pelos fluxos de informação que é uma rede invisível, imaterial. Isso torna uma condição necessária a todo o movimento de elementos materiais entre as cidades que se conectam. As qualidades de instantaneidade e simultaneidade propiciadas pelos fluxos de informação que são dotadas pelas redes de telecomunicações dão livre curso a todo um jogo de novas interações, principalmente a partir da cada vez mais frequente ação dos bancos, que são responsáveis pela articulação entre o território à economia nacional, e as instituições não financeiras, no qual tem cada vez mais mobilidade e flexibilidade de gestão (DIAS, 1995).

Milton Santos trata a questão escalar das redes, no qual a partir do entendimento do local e do regional, é possível entender como aquele espaço se conecta ao mundo. Sendo assim, ele define 3 tipos de solidariedade, dependência dentro das redes:

Na primeira, o mundo aparece como uma totalidade, empiricizada por intermédio das redes. É a grande novidade do nosso tempo, essa produção de uma totalidade não apenas concreta, mas, também, empírica. A segunda totalidade é o território, um país e um Estado com uma formação socioespacial, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. Apesar de a mundialização das redes enfraquecer as fronteiras e

comprometer o contrato, ainda restam aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes. O terceiro tipo de dependência, ou solidariedade, encontra-se no lugar. Este é o local cujos fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e em um acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa. (SANTOS, 2006, p.215).

Souza (2013) define as “redes submersas”, que não apenas são diretamente visíveis, mas, diferentemente das redes que gozam de ampla visibilidade ou mesmo de reconhecimento oficial, elas não são percebidas pelo grande público ou pela mídia, pelo menos até o momento de eclodir um protesto, uma revolta ou um movimento que tem na base justamente a fermentação sociopolítica estruturada por meio de tais redes. O que ocorre é que habitualmente existem centenas de redes dispersas pela cidade, sem relações entre elas e invisíveis para a sociedade oficial; tais redes operam como “laboratórios culturais”, em que se constroem significados e códigos diferentes dos dominantes, sendo que, quando os grupos dominados emergem e confrontam a autoridade estatal, as redes ocultas fazem visíveis.

Baseado em ideias de pensadores como, o geógrafo holandês De Jong, o sociólogo russo Sorokin e o filósofo francês Henri Lefebvre, Milton Santos afirma que no espaço existem horizontalidades e verticalidades.

As horizontalidades são o espaço banal, o fundamento do cotidiano dos sujeitos, a vivência da política. Na horizontalidade é possível o aumento da coesão da sociedade para um interesse coletivo. Já as verticalidades, tem a haver com os atores hegemônicos, que criam normas, leis, ordens, objetos, instituições, sendo que trazem desordem aos espaços em que se instalam, no qual a ordem que criam atuam apenas em próprio benefício. Essas horizontalidades e verticalidades dão forma ao jogo entre o local e global. (SANTOS, 2006).

Conclusão

O estudo do espaço sob uma perspectiva crítica propicia um novo olhar sobre os conceitos e fenômenos. Portanto para fazermos uma análise de algo abstrato, complexo e abarcado por múltiplas intencionalidades, precisamos de teorias e conceitos, sob um método que nos permita alcançar esses objetivos. Milton Santos (2006) nos afirma que o

espaço é um sistema de objetos e de ações, um quadro único onde a história se dá, é o resultado da síntese refeita da paisagem com a sociedade, no qual a sociedade é encaixada na paisagem. São componentes desse espaço, os fixos e fluxos, que integram uma rede. Esta que, por sua vez, está imbricada de objetos técnicos, e para que esses movimentos ocorram são necessárias ações, enfim, cabe a geografia tentar decifrar essa totalidade do espaço.

REFERÊNCIAS

CASSAB, C. **Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama.** Belo Horizonte 04. p. 98-108 janeiro-junho de 2008.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** Editora Contexto, 2011.

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Brasil: Editora Bertrand, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** - 4. ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2013, 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013